



---

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

---



DOCUMENTO DE TRABALHO Nº 2004/04

Março

---

**Para além de União Económica deve a União Europeia ser também uma  
União Eleitoral?**

---

António Caleiro

*Universidade de Évora, Departamento de Economia*

---

UNIVERSIDADE DE ÉVORA  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
Largo dos Colegiais, 2 – 7000-803 Évora – Portugal  
Tel.: +351 266 740 894 Fax: +351 266 742 494  
[www.decon.uevora.pt](http://www.decon.uevora.pt) [wp.economia@uevora.pt](mailto:wp.economia@uevora.pt)

**Resumo/ Abstract:**

Desde os primórdios do que é hoje a União Europeia (UE), os objectivos foram simultaneamente políticos e económicos. Na realidade, os objectivos económicos têm vindo a ser gradualmente alcançados, até como uma forma de permitir a realização de objectivos políticos. Como exemplos deste facto temos a adopção de uma moeda comum bem como a criação de um mercado único. Sendo certo que estes factos económicos terão consequências simultaneamente políticas e económicas, por exemplo, ao nível da delegação de poderes governamentais e do federalismo fiscal, o estudo destas consequências não deve ignorar as interacções entre elas. Uma dessas interacções que é, para nós, de particular interesse prende-se com os movimentos migratórios, entendidos como uma reacção de natureza económica por parte da população, os quais poderão ter consequências de natureza política. Estas, a verificarem-se, terão certamente reflexos económicos. Por outras palavras, ao artigo interessa estudar os efeitos do bem conhecido fenómeno da 'votação com os pés', admitindo precisamente que quem se desloca o faz por razões de natureza económica tendo este fenómeno consequências económico-políticas, se admitirmos a possibilidade de a população migrante poder expressar as suas preferências através do seu voto. Esta possibilidade está, obviamente, facilitada se se tratarem de migrações internas de nacionais mas poderá ter que estar também reconhecida aos migrantes intra-UE, por exemplo ao nível das eleições legislativas dos vários países membros, se se pretender que, para além de uma União Económica, aquela seja também uma União Política.

**Palavras-chave/Keyword:** Decisão de Voto, Direito de Voto, Movimentos Migratórios, União Europeia

**Classificação JEL/JEL Classification:** D72, F22, J61

*Bad officials are elected by good citizens who do not vote.*  
George Jean Nathan

## **1. Introdução e Motivação**

Desde os primórdios do que é hoje a União Europeia (UE), os objectivos que estiveram (quase sempre) presentes na construção deste bloco de países europeus assumiram uma natureza simultaneamente política e económica. De facto, os objectivos políticos perderam alguma relevância em relação aos objectivos económicos até porque estes se revelaram de mais fácil alcance. A opinião generalizada é a de que os objectivos económicos têm vindo a ser gradualmente alcançados, até como uma forma de permitir a realização (posterior) de objectivos políticos. Como exemplos deste facto temos a adopção de uma moeda comum bem como a criação de um mercado único. Sendo certo que estes factos económicos terão consequências simultaneamente políticas e económicas, por exemplo, ao nível da delegação de poderes governamentais e do federalismo fiscal, o estudo destas consequências não deve ignorar as interacções entre elas.

Uma das possíveis interacções entre as consequências económicas e políticas dos acontecimentos marcantes no desenvolvimento (futuro) da UE que é, para nós, de particular interesse prende-se com os movimentos migratórios, entendidos como uma reacção de natureza económica por parte da população, os quais poderão ter consequências de natureza política. A verificarem-se consequências políticas, estas, por sua vez, terão certamente reflexos económicos. Por outras palavras, ao artigo interessa estudar os efeitos do bem conhecido fenómeno da ‘votação com os pés’, admitindo precisamente que quem se desloca o faz por razões de natureza económica tendo este fenómeno consequências económico-políticas, se admitirmos a possibilidade de a população migrante poder expressar as suas preferências através do seu voto. Esta possibilidade está, obviamente, facilitada se se tratarem de migrações internas de nacionais mas poderá ter que estar também reconhecida aos migrantes intra-UE, por exemplo ao nível das eleições legislativas dos vários países membros, se se pretender que, para além de uma União Económica, a UE seja também uma União Política.

Como é sabido, para o estabelecimento de uma União Política parece ser crucial a adopção de uma Constituição Europeia. Apesar do fracasso da recente cimeira onde o tema foi

amplamente discutido a verdade é que a generalidade da população dos actuais e dos futuros países membros da UE parece ser claramente favorável à adopção de uma Constituição de carácter supra-nacional. A ilustrar esta posição considere-se o questionário aplicado em Janeiro de 2004 nos 25 países que formarão muito brevemente a União Europeia onde se colocou a questão: *‘Acha que a União Europeia deve adoptar uma Constituição?’*. Em termos gerais, 77% dos inquiridos mostraram-se favorável à adopção de uma Constituição Europeia, enquanto 15% se mostraram desfavoráveis, tendo-se registado (somente) 8% de indecisos. Mesmo no país onde a percentagem de favoráveis foi a menor (ou seja o Reino Unido) a percentagem de favoráveis foi de 51% contra 30% de desfavoráveis. Veja-se Comissão Europeia (2004).

Exista ou não vontade política para permitir uma cidadania de pleno direito aos residentes nos vários países membros, independentemente do seu país de naturalidade, a verdade é que o direito ao voto parece ser uma reivindicação justificada na medida em que o retorno ao país de origem dos imigrantes é cada vez menos uma alternativa em detrimento de uma fixação, por vezes, para sempre no país de acolhimento. Como é sabido, o direito de voto nas eleições locais e europeias por parte dos imigrantes nacionais dos estados membros da UE já está, aliás, consagrado desde a aprovação do tratado da União Europeia, dito de Maastricht.<sup>1</sup> Este tratado, ao consagrar o conceito de cidadania europeia, constituiu um passo para superar a preponderância habitualmente registada pelo vínculo da nacionalidade sobre o vínculo da residência. Outros passos eventualmente irão ser tomados e tal exige que se conheça efectivamente o que poderá acontecer se se permitir que os imigrantes exerçam de pleno direito a expressão das suas preferências através das urnas, em qualquer que seja a eleição.

Dito isto, o resto deste trabalho apresenta a seguinte estrutura: a secção 2 apresenta o modelo que iremos usar para estudar alguns dos efeitos resultantes de se permitir (ou não) que a população imigrante disponha de poder de voto; a secção 3 é preenchida com o estudo desses efeitos, os quais se prendem com o processo de tomada de decisão de voto; a secção 4 conclui e apresenta pistas para investigação futura.

---

<sup>1</sup> A este propósito não deixa de ser relevante a posição do comissário europeu da Justiça e da Administração Interna, António Vitorino, o qual em Dezembro de 2003 aquando do I Congresso da Imigração em Portugal defendeu o direito de voto aos imigrantes (extra-comunitários) permanentes nas eleições locais. Aparentemente, existe também evidência empírica suportando esta extensão do direito de voto aos imigrantes extra-comunitários. Veja-se em <http://www.csa-fr.com/en/dataset/data2K/opien20000629b.htm> o inquérito CSA/L’Humanité de 29 de Junho de 2000.

## 2. O Modelo

De acordo com o que é habitualmente considerado na literatura sobre os chamados ciclos eleitorais iremos assumir que o funcionamento da economia (nacional) pode ser aproximado por uma curva de oferta agregada compatível com a considerada no artigo seminal de Lucas (1973). A chamada curva de oferta de Lucas é da forma:

$$y_t = \bar{y} + \gamma(p_t - p_t^e), \quad (1)$$

onde  $y_t$  representa o nível de produto (medido em logaritmos), cujo nível natural é  $\bar{y}$ , enquanto  $p_t$  representa o nível de preços (medido em logaritmos), cujo nível esperado é  $p_t^e$ .

Porque o modelo está expresso em logaritmos, podemos usar  $p_t - p_{t-1}$  e  $p_t^e - p_{t-1}^e$  como aproximações, respectivamente, para a taxa de inflação  $\pi_t$  e para a taxa de inflação esperada  $\pi_t^e$ . Se assim for, é fácil verificar que (1) pode também ser expressa como:

$$y_t = \bar{y} + \gamma(\pi_t - \pi_t^e). \quad (2)$$

No que diz respeito ao lado da procura do modelo, assumiremos, como é habitual na literatura, que os agentes de política económica usam a taxa de inflação como a sua variável de controlo.

Quanto à sequência dos acontecimentos, assumiremos que a taxa de inflação esperada,  $\pi_t^e$ , para um dado período é determinada no período anterior, explorando de forma racional toda a informação disponível. Depois da formação desta expectativa, os agentes de política económica determinam o valor da taxa de inflação  $\pi_t$ .

O modelo que atrás apresentámos, na tradição de Barro e Gordon (1983), deve, para os nossos propósitos, ser acrescentado de forma a considerar a existência de eleições, as quais se assume terem lugar no período (exogenamente fixado),  $t = T$ .<sup>2</sup> Para além deste facto, iremos estudar um modelo de tipo racional partidário *à la* Alesina (1987), ou seja um modelo que, por um lado, contempla a existência de expectativas racionais por parte dos agentes económicos e, por outro lado, admite que os governos, consoante a sua ideologia, implementam diferentes

---

<sup>2</sup> Note-se que se está perante um modelo em que não existe a possibilidade de se convocarem eleições antecipadas. Esta hipótese deverá estar bem presente na interpretação dos resultados que se vierem a obter.

políticas económicas.<sup>3</sup> Este último facto irá desempenhar, como veremos, um papel fundamental nos movimentos migratórios que se pretende explicar.

Consideremos então que existem dois possíveis tipos de partidos, ou seja de governos,  $i = L, R$ , os quais diferem no seu grau de aversão à inflação, ou, em termos equivalentes, valorizam de forma distinta os resultados obtidos ao nível do produto.<sup>4</sup> Assim, as suas funções objectivo são dadas por:

$$L^i = \sum_{t=1}^T \beta^t \left( \frac{1}{2} \pi_t^2 - \lambda^i y_t \right), \quad (3)$$

onde  $\lambda^L > \lambda^R$ . Significa isto que os governos mais conservadores ( $i = R$ ) favorecem resultados menos inflacionários que os governos menos conservadores ( $i = L$ ) por contrapartida aparente de piores resultados ao nível do produto.

Tomando como um dado a taxa de inflação esperada,  $\pi_t^e$ , na optimização de (3) sujeita à restrição (2), o governo terá como política económica óptima:

$$\pi_t^i = \lambda^i \alpha, \quad (4)$$

para  $t = 1, \dots, T$  e  $i = L, R$ .

Os agentes económicos, sendo racionais, por conhecerem as funções objectivo dos dois possíveis tipos de governo (3) podem, eles próprios, calcularem as taxas de inflação óptimas (4) associadas a cada um desses governos. Embora se admita que estas políticas económicas são conhecidas, dado que se assume que a distribuição de preferências dos eleitores é desconhecida, admite-se também que os resultados eleitorais sejam desconhecidos.<sup>5</sup> Assim, para  $t = 1$ , a taxa de inflação esperada  $\pi_t^e$  é uma média de  $\lambda^L \alpha$  e de  $\lambda^R \alpha$  devidamente ponderada pela probabilidade de cada um dos partidos ganhar as eleições, ou seja formar governo. Consequentemente, no primeiro momento do mandato, ou seja para  $t = 1$ , a taxa de inflação esperada não coincidirá com a taxa de inflação efectiva dado que:

<sup>3</sup> Embora alvo de alguma controvérsia, parece existir alguma evidência empírica suportando os principais resultados deste tipo de modelo. Veja-se, por exemplo, Alesina *et al.* (1992,1993) e/ou Alesina e Roubini (1992).

<sup>4</sup> Note-se que iremos diferenciar os dois partidos de acordo com o seu grau de ‘conservadorismo’ querendo com tal significar, de acordo com o que é habitual na literatura de política económica, que um dos partidos será mais avesso à inflação, por isso mais conservador, enquanto o outro será menos avesso à inflação, por isso menos conservador.

<sup>5</sup> Veja-se, por exemplo, Alesina *et al.* (1997).

$$\pi_t^e = p\pi_t^L + (1-p)\pi_t^R, \quad (5)$$

onde  $p$  representa a probabilidade de vitória eleitoral por parte do partido menos conservador.

Para os restantes momentos do mandato,  $t = 2, \dots, T$ , obviamente, a existência de expectativas racionais resulta em  $\pi_t^e = \pi_t$ , o que significa

$$\pi_t^i = \lambda^i \alpha, \quad i = L, R \quad (6)$$

e

$$y_t = 0, \quad \forall i. \quad (7)$$

Dado que  $\lambda^R < \lambda^L$ , um mandato começando no período  $t = 1$  será caracterizado por:

$$\pi_1^e < \pi_1^L \Rightarrow y_1 = \alpha(1-p)(\pi_1^L - \pi_1^R) > 0, \quad (8)$$

em caso de vitória do partido menos conservador e, em caso de vitória do partido mais conservador, por:

$$\pi_1^e > \pi_1^R \Rightarrow y_1 = \alpha p(\pi_1^R - \pi_1^L) < 0. \quad (9)$$

Para os restantes momentos do mandato,  $t = 2, \dots, T$ , independentemente do partido que esteja no poder, verificar-se-á:

$$\pi_t^e = \pi_t^i, \quad (10)$$

onde  $\pi_t^i$  é dada por (6).

Em suma, o nível de produto estará acima (abaixo) do seu nível natural no primeiro período de um governo menos (mais) conservador.<sup>6</sup> Em qualquer outro período até às eleições, como as expectativas se ajustam perfeitamente, o nível de produto estará ao seu nível natural, independentemente do tipo de partido no poder. A taxa de inflação, por seu turno, será sempre superior durante mandatos de partidos menos conservadores.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> Este facto é também conhecido por 'efeito partidário'.

<sup>7</sup> Tal significa que aumentar (diminuir) a duração do mandato provoca, em média e em caso de alternância no poder, uma menor (maior) volatilidade no produto bem como na taxa de inflação. Consequentemente, poderá existir um valor intermédio para a taxa de inflação  $\pi^*$  tal que  $\pi^R < \pi^* < \pi^L$  tal que ambos os tipos de governo obteriam melhores resultados se ambos implementassem esse valor em vez das suas taxas de inflação óptimas porque a sub-optimalidade introduzida pelas flutuações no produto e na taxa de inflação seria eliminada. Alesina (1987) mostra que  $\pi^*$  decresce (cresce) com a probabilidade de vitória de um partido mais (menos) conservador porque o aumento no poder de discussão de cada tipo de governo faz aproximar  $\pi^*$  das suas políticas económicas preferidas  $\pi^R$  ou  $\pi^L$ . Quase o mesmo tipo de argumento é utilizado na literatura do uso estratégico de défices orçamentais. Para um exemplo deste caso veja-se Milesi-Ferretti e Spolaore (1994).

### 3. O Processo de Tomada de Decisões de Voto

Tal como atrás foi referido, a abordagem partidária dos ciclos eleitorais considera que os partidos implementam políticas económicas que reflectem as preferências do eleitorado que os suporta politicamente. Deste modo, o modelo anterior pode ser utilizado para estudar as decisões de voto para o conjunto dos eleitores, os quais se caracterizam por diversas preferências. Consideremos então que:

$$L_t^j = \frac{1}{2} \pi_t^2 - \lambda^j y_t, \quad (11)$$

representa as preferências do eleitor  $j$ . Para este eleitor, o custo durante um mandato que começa em  $t = 1$  e termina em  $t = T$ , depende do tipo de partido que forma governo. O custo descontado (a uma taxa  $\rho < 1$ , a qual se assume ser a mesma para todos os eleitores) associado com uma vitória eleitoral do partido menos conservador será:

$$\rho \left( \frac{1}{2} (\lambda^L \alpha)^2 - \lambda^j \alpha (1 - \rho) (\lambda^L \alpha - \lambda^R \alpha) \right) + \sum_{t=2}^T \rho^t \left( \frac{1}{2} (\lambda^L \alpha)^2 \right), \quad (12)$$

enquanto o custo associado a uma vitória eleitoral do partido mais conservador será:

$$\rho \left( \frac{1}{2} (\lambda^R \alpha)^2 - \lambda^j \alpha \rho (\lambda^R \alpha - \lambda^L \alpha) \right) + \sum_{t=2}^T \rho^t \left( \frac{1}{2} (\lambda^R \alpha)^2 \right). \quad (13)$$

Assumindo um comportamento racional, os eleitores decidem votar no partido menos ou mais conservador após comparação de (12) com (13). Esta comparação mede o *trade-off* a que os eleitores fazem face no dia das eleições. Claramente, a diferença nos custos, (12) – (13), será dada por:

$$\frac{1}{2} \alpha^2 (\alpha \lambda^L - \alpha \lambda^R) \frac{(\rho - \rho^{T+1}) (\lambda^L \alpha + \lambda^R \alpha) - 2 \lambda^j \rho (1 - \rho)}{1 - \rho} \equiv \Delta. \quad (14)$$

A expressão anterior dá-nos então o critério usado pelo eleitor  $j$  quanto à sua decisão de voto (no partido menos conservador ou no partido mais conservador). Obviamente, o eleitor  $j$  preferirá o candidato menos conservador se  $\Delta < 0$  e preferirá o candidato mais conservador se  $\Delta > 0$ . A própria expressão permite confirmar os seguintes factos:

1. Quanto mais o eleitor  $j$  for avesso à inflação, ou seja quanto menor for  $\lambda^j$ , maiores serão os custos associados a governos menos conservadores em vez de governos mais



conservadores.<sup>8</sup> Apesar deste facto de explicação intuitiva, note-se que o mesmo não exclui a possibilidade de votação no partido menos conservador por parte de eleitores que sejam mais avessos à inflação que este próprio partido.

2. Quanto maior for a duração do mandato,  $T$ , mais atractivos serão os governos mais conservadores.<sup>9</sup> Este resultado torna-se claro dado que os governos menos conservadores só parecem poder ser mais atractivos enquanto o efeito partidário está a ter lugar, ou seja no primeiro período do mandato, independentemente da duração do mandato. Depois deste período inicial, os governos mais conservadores serão naturalmente mais atractivos já que o nível de produto estará ao seu nível natural com uma mais baixa taxa de inflação. Este facto ilustra a vantagem eleitoral que, neste tipo de modelos, os governos mais conservadores gozam.

Dito isto, estamos em condições de estudar os possíveis resultados eleitorais. Para tal importa determinar o eleitor marginal ou seja aquele que seja indiferente entre votar no partido menos ou mais conservador. Para este eleitor, por definição  $\Delta = 0$ , de acordo com a expressão (14). Para que tal aconteça:

$$(\rho - \rho^{T+1})(\lambda^L \alpha + \lambda^R \alpha) - 2\lambda^j \rho(1 - \rho) = 0. \quad (15)$$

A solução de (15) indica-nos então que as preferências do eleitor marginal devem ser tais que:

$$\lambda^* = \frac{(\rho - \rho^{T+1})(\lambda^L \alpha + \lambda^R \alpha)}{2\rho(1 - \rho)}. \quad (16)$$

Desta forma, qualquer eleitor que seja caracterizado por:

$$\lambda^j < \frac{(\rho - \rho^{T+1})(\lambda^L \alpha + \lambda^R \alpha)}{2\rho(1 - \rho)}. \quad (17)$$

deverá votar no partido mais conservador, enquanto se for caracterizado por:

$$\lambda^j > \frac{(\rho - \rho^{T+1})(\lambda^L \alpha + \lambda^R \alpha)}{2\rho(1 - \rho)}. \quad (18)$$

deverá votar no partido menos conservador.

Do que imediatamente atrás concluímos, resulta que o partido que ganhará as eleições será aquele no qual o eleitor mediano votar. Assim é porque, sendo este o eleitor caracterizado por um parâmetro  $\lambda$  tal que existem 50% de eleitores com valores de  $\lambda$  mais elevados e 50%

---

<sup>8</sup> De facto,  $\frac{\partial \Delta}{\partial \lambda^j} = \alpha^2 (\lambda^R \alpha - \lambda^L \alpha) \rho < 0$ .

com valores de  $\lambda$  mais baixos, se este votar no partido menos (mais) conservador, todos aqueles que estejam à sua esquerda (direita) também votarão no partido menos (mais) conservador enquanto alguns à sua direita (esquerda) também votarão no partido menos (mais) conservador.

Do que atrás foi dito ressalta a importância de se conhecer o grau de aversão à inflação ou, em termos equivalentes, o grau de apetência pelo produto, por parte do eleitor mediano. Em termos específicos, importa conhecer se para este eleitor, o seu parâmetro  $\lambda^m$  é maior, igual ou menor que o parâmetro associado ao eleitor marginal  $\lambda^*$ ; veja-se expressão (16). Para além deste facto importa também, obviamente, conhecer os motivos que poderão levar a modificações no eleitor mediano. Estas terão certamente lugar por inevitáveis alterações nas preferências dos próprios eleitores<sup>10</sup> mas poderão certamente acontecer se se permitir que a população que ‘votou com os pés’ vote também nas urnas. Antes ainda de explorarmos estas alterações é conveniente notar que:

1. O aumento (diminuição) nas taxas de inflação óptimas, em resultado de uma subida (descida) no parâmetro  $\lambda$ , de qualquer que seja o partido, provoca um aumento (diminuição) no parâmetro do eleitor marginal,  $\lambda^*$ .<sup>11</sup> Este facto mostra que sistemas políticos menos (mais) conservadores, ou seja em que ambos os partidos sejam menos (mais) avessos à inflação se caracterizam por uma menor (maior) probabilidade de vitória eleitoral por parte de governos mais conservadores, caso o eleitor mediano não se altere. Para além disso, mostra também que a ‘extremização’ do sistema político, desde que não altere o eleitor marginal não provoca qualquer efeito.
2. O aumento (diminuição) na duração do mandato,  $T$ , provoca um aumento (diminuição) no parâmetro do eleitor marginal,  $\lambda^*$ .<sup>12</sup> Este facto é, no fundo, uma consequência da maior atractividade dos partidos mais conservadores quanto maior for a duração do mandato, tal como atrás foi notado.

---

<sup>9</sup> De facto,  $\frac{\partial \Delta}{\partial T} = -\frac{1}{2} \alpha^2 (\lambda^L \alpha - \lambda^R \alpha) \rho^{T+1} (\ln \rho) \frac{\lambda^L \alpha + \lambda^R \alpha}{1-\rho} > 0$ .

<sup>10</sup> Esta endogeneidade das preferências, ou seja a alteração no grau de aversão à inflação de acordo com os resultados obtidos ao nível da taxa de inflação parece ser um factor a ter em conta em investigações futuras.

<sup>11</sup> De facto,  $\frac{\partial \lambda^*}{\partial \pi^L} = \frac{\partial \lambda^*}{\partial \pi^R} = \frac{1}{2} \frac{\rho - \rho^{T+1}}{\rho(1-\rho)} > 0$ .

Sendo certo que as consequências de possíveis modificações no eleitor marginal não deixam de ser importantes, sobretudo se se pretender estudar o efeito sobre a economia nacional resultantes de um eleitorado de nacionais residentes, torna-se evidente que as possíveis alterações no eleitor mediano resultantes dos movimentos migratórios são eventualmente mais importantes e/ou interessantes. Assim é porque sendo a União Europeia caracterizada por movimentos migratórios de comunitários, a vontade de a transformar numa União Económica mas também Política certamente que passará pelo estudo de quais as consequências resultantes de a mesma se transformar numa zona eleitoral óptima ou seja onde, obviamente, o direito de voto deva ser devidamente tido em conta.

Como atrás referimos, a posição do eleitor mediano poderá mudar se permitirmos que as pessoas que ‘votaram com os pés’ também o façam nas urnas. Se, pelo contrário, o direito de voto não for consagrado aos migrantes então, por definição, a trajectória dos resultados eleitorais em nada poderá ser explicada pelos movimentos migratórios. Estes próprios poderão não existir se, pura e simplesmente, os eleitores sentirem que, do seu ponto de vista, ambos os partidos do seu país de origem são melhores, ou seja implementam melhores políticas económicas quando no poder que aqueles que caracterizam o sistema político do outro país ou da outra região.

Suponha-se que alguém observou que seria melhor se tivesse sido outro partido a ganhar as eleições, ou seja votou vencido nas eleições. Se noutra região, ou noutro país, este eleitor sentir que teria menos custos poderá migrar por esse mesmo motivo. Tal fará alterar a posição do eleitor mediano quer no seu país de origem quer no país de acolhimento aumentando a probabilidade de reeleição em ambos os países. Obviamente a decisão de migrar ou não há-de depender das características do sistema político do país de acolhimento como, por exemplo, do grau de aversão à inflação por parte dos dois partidos bem como a própria duração dos mandatos mas dependerá também das próprias características do eleitor. Este poderá só migrar se ambos os partidos no outro partido ou na outra região forem melhores mas poderá também fazê-lo se somente um dos partidos for melhor do seu ponto de vista.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> De facto,  $\frac{\partial \lambda^*}{\partial T} = -\frac{1}{2} \rho^{T+1} (\ln \rho) \frac{\alpha \lambda^L + \alpha \lambda^R}{\rho(1-\rho)} > 0$ .

<sup>13</sup> Neste caso aconteceria uma migração do país de origem para o país de acolhimento e vice-versa no mandato seguinte. Por isso não nos parece ser o caso mais interessante.

Em termos formalizados, admite-se que a migração ocorrerá sempre que o custo associado a um mandato do partido menos conservador – veja-se expressão (12) – seja menor no país de acolhimento que aquele registado no país de origem, o mesmo acontecendo em relação ao mandato do partido mais conservador – veja-se expressão (13).

Por forma a clarificar a questão suponha-se uma situação inicial em que em ambos os países os partidos menos conservadores dispõem do mesmo grau de aversão à inflação o mesmo acontecendo aos partidos mais conservadores. A partir desta situação, um aumento em  $\lambda^L$  ou em  $\lambda^R$  no país, digamos A, deve provocar uma migração deste para o outro país, digamos B por parte dos eleitores que disponham de valores suficientemente baixos para o parâmetro  $\lambda$ . Naturalmente, uma diminuição em  $\lambda^L$  ou em  $\lambda^R$  deve provocar uma migração do país B para o país A. Se a estes migrantes lhes for dada a possibilidade de exercer o seu direito de voto o efeito sobre o eleitor mediano dependerá das características dos migrantes. Em caso de migração de pessoas caracterizadas por valores baixos de  $\lambda$ , apesar de alguns poderem efectivamente votarem no partido menos conservador, irá fazer diminuir o valor de  $\lambda^m$  aumentando, assim a probabilidade de vitória eleitoral do partido mais conservador. Esta situação mostra, assim, que haverá uma tendência para a concentração de eleitores com graus de aversão à inflação suficientemente moderados em países onde, efectivamente, os partidos apresentem características também suficientemente moderadas no que diz respeito ao grau de aversão à inflação, o qual se reflectirá nas políticas económicas implementadas.

Em suma, se o sistema político do outro país (ou da outra região) for efectivamente melhor a migração poderá significar uma fixação permanente no país de acolhimento, a não ser que os sistemas políticos de outros países se alterem.<sup>14</sup> A concessão do direito de voto aos emigrantes resultaria então no aumento da probabilidade de vitória dos partidos mais (menos) conservadores em cada país se os movimentos migratórios disserem respeito a eleitores que, por sua vez, apresentem elevados (baixos) graus de aversão à inflação. Este facto implica imediatamente que na verdade as probabilidades de vitória de cada partido deixem de poder considerar-se exógenas para passarem a ter que ser consideradas endógenas, ou seja em função dos próprios níveis de inflação e de produto que se registarem no país.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Para um caso simples de análise das consequências do desaparecimento dos chamados ‘terceiros’ partidos veja-se Caleiro (1999).

<sup>15</sup> Embora em Ellis (1991) as probabilidades de eleição não sejam endógenas neste sentido, não deixa de ser interessante consultar este artigo.

#### **4. Conclusão**

Como nota final gostaríamos de apontar duas possíveis vias para futuras investigações. Ambas se prendem com a necessidade de eliminação de algum ‘enviesamento’ nas decisões de voto em favor do partido mais conservador tal como acaba por estar presente no modelo que considerámos.

A primeira prende-se com o facto de se ter considerado uma função objectivo linear-quadrática, a qual, em conjugação com a existência de expectativas racionais e a inexistência de elementos aleatórios tais como choques na oferta, implica uma quase inevitável vantagem eleitoral por parte do partido mais avesso à inflação. Como é sabido, esta vantagem pode não tão evidente se outro tipo de função objectivo for considerado como, por exemplo, uma função de perda eleitoral duplamente (ou seja, na inflação e no produto) quadrática. A necessidade de estabilizar também o nível de produto, sobretudo quando existem choques aleatórios no lado da oferta, pode efectivamente equilibrar as decisões de voto entre os dois partidos.

A segunda questão que gostaremos também de desenvolver em trabalhos futuros prende-se com a existência da possibilidade de se convocarem eleições antecipadas. Quando a data das eleições pode, ela própria, ser uma ‘variável’ usada para ganhar as eleições, mesmo sendo os agentes perfeitamente racionais não conseguirão gerar expectativas quanto à taxa de inflação que sejam exactamente iguais à taxa de inflação efectiva. Conforme se tornou claro, no modelo anterior, a igualdade entre os dois tipos de taxas que se regista a partir do segundo momento do mandato funciona como factor decisivo na vantagem eleitoral do partido mais conservador. Desta forma, se esta fonte de vantagens desaparecer teremos, certamente, um maior equilíbrio nas decisões de voto.

#### **Referências Bibliográficas**

ALESINA, Alberto (1987), “Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game”, *The Quarterly Journal of Economics*, **CII**, Agosto, 651-678.

ALESINA, Alberto, Gerald D. COHEN e Nouriel ROUBINI (1992), “Macroeconomic Policy and Elections in OECD Democracies”, *Economics and Politics*, **4**, No. 1, Março, 1-30.

ALESINA, Alberto, e Nouriel ROUBINI (1992), “Political Cycles in OECD Economies”, *The Review of Economic Studies*, **59(4)**, No. 201, Outubro, 663-688.

ALESINA, Alberto, Gerald D. COHEN e Nouriel ROUBINI (1993), “Electoral Business Cycle in Industrial Democracies”, *European Journal of Political Economy*, **9**, 1-23.

ALESINA, Alberto, Nouriel ROUBINI e Gerald D. COHEN (1997), **Political Cycles and the Macroeconomy**, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.

BARRO, Robert J., e David B. GORDON (1983), “Rules, Discretion, and Reputation in a Model of Monetary Policy”, *Journal of Monetary Economics*, **12**, Julho, 101-122.

CALEIRO, António (1999), “What if Third Parties Disappear? A rational partisan note”, *Estudos de Economia*, **XIX**, No. 3, Verão, 349-356.

COMISSÃO EUROPEIA (2004), “The Future European Constitution”, *Flash Eurobarometer* **159**, Fevereiro.

ELLIS, Christopher J. (1991), “Endogenous Voting in a Partisan Model with Rational Voters”, *Journal of Macroeconomics*, **13**, No. 2, Primavera, 267-278.

LUCAS Jr., Robert E. (1973), “Some International Evidence on Output-Inflation Tradeoffs”, *The American Economic Review*, **63**, No. 3, Junho, 326-334.

MILESI-FERRETTI, Gian Maria, e Enrico SPOLAORE (1994), “How Cynical can an Incumbent be? Strategic Policy in a Model of Government Spending”, *Journal of Public Economics*, **55**, 121-140.